

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DO PATRIMÔNIO HOSPITALAR NO RIO GRANDE DO SUL: DESAFIOS DA PATRIMONIALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

EVERTON REIS QUEVEDO¹; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMOM SERRES²

¹*Universidade Federal de Pelotas – evertonquevedo@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – julianeserres@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Hospitais Colônias e Manicômios foram “os braços” do sistema público de saúde brasileiro durante boa parte do século XX. Tais instituições tornaram-se referências históricas no tratamento da lepra e da loucura, nomenclaturas usadas durante boa parte do período em que estiveram em funcionamento. Contudo, a memória e o patrimônio hospitalar destas instituições permanecem pouco reconhecidos e valorizados, refletindo o apagamento da história do adoecimento e das práticas sociais, culturais e econômicas de cura e saúde ligadas às doenças e, principalmente, às pessoas que tiveram suas vidas atravessadas por estas mazelas. Este esquecimento prejudica a compreensão da sociedade sobre a importância do patrimônio cultural da saúde para o entendimento de dinâmicas atuais e, por consequência, espaços físicos que guardam essa memória são descaracterizados, perdendo as comunidades referências e também equipamentos que podem tornar-se vetores culturais destes e de outros tantos debates. Assim, esta proposta objetiva analisar as instituições hospitalares Hospital Colônia Itapuã, destinado ao tratamento da lepra e, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, que cuidava de acometidos pela “loucura”. Ambas as instituições se localizam no Rio Grande do Sul, e representam o que GOFFMAM (1996) chamou de “Instituições totais”.

2. METODOLOGIA

A proposta inclui pesquisas bibliográficas, entrevistas com colaboradores e ex-colaboradores das instituições, observações e estudo de caso, sendo este último, assim como nos explica GIL (2008, p. 57), “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”, o que pode nos permitir conhecer e explorar as propostas atuais e futuras para os hospitais em estudo.

Outra perspectiva metodológica diz respeito a elaboração de um inventário, que é “um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p. 190), utilizado em diversas esferas (municipais, estaduais e nacionais). Esse instrumento permite agrupar e sistematizar um conjunto de informações relevantes sobre bens culturais, móveis ou imóveis, fornecendo informações confiáveis a seu respeito. Os dados obtidos através da pesquisa serão analisados de acordo com uma análise textual discursiva baseada em categorias emergentes, o que significa que esta pesquisa pretende construir as categorias necessárias para a compreensão do tema, a partir de sua análise posterior. Nesse caso as unidades de análise são construídas com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, sempre em consonância com os objetivos da pesquisa, assim como nos explica MORAES (2003, p. 195)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

SCHINDEL (2009), levanta uma série de questões ao propor uma discussão sobre como espaços que “carregam memórias difíceis” podem ser trabalhados. É verdade que nossos objetos de estudo não violaram de forma deliberada liberdades. Todos os processos sofridos pelos pacientes internados estavam amparados na ciência e nos conceitos políticos daquele momento. Contudo, isso não os absolve de julgamentos e questionamentos. Pensando nessa questão, a patrimonialização destes bens é, então, “um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado” (DAVALLON, 2015).

Desta forma, este processo de patrimonialização necessitará produzir um saber sobre o “objeto”, estabelecendo sua origem, a fim de que possa lhe atribuir o estatuto de bem a ser conservado e assim, transmitido. A patrimonialização concede a estes artefatos uma nova vida e um novo valor. A partir da patrimonialização, eles devem ser preservados e expostos ao olhar do público, ou seja, eles se tornam bem público e legado de um coletivo de indivíduos. Esta é uma operação complexa que envolve diversos agentes especialmente treinados com a finalidade de uma construção especial de valor (ABREU, 2015).

Esta operacionalidade, proposta pela patrimonialização, no que se refere ao levantamento de informações que deem arcabouço ao espaço que analisamos, conversa com o que Pollak (1989) nos coloca, ao abordar o esquecimento, principalmente no contexto da memória coletiva e identitária. No seu trabalho, Pollak destaca que a memória coletiva está sujeita a conflitos e disputas, já que grupos sociais diferentes possuem interesses distintos em manter ou suprimir certas narrativas. Ele também observa que o esquecimento pode ser instrumentalizado, servindo para ocultar eventos traumáticos, vergonhosos ou que não se alinhem com a identidade ou os valores desejados por um grupo ou sociedade (Pollak, 1989, p. 09). Questões que envolvem tratamentos médicos como aqueles dados a loucura e a lepra, tendem a suscitar um certo receio nas autoridades públicas, visto os debates atuais sobre os métodos empregados no passado. Desta forma, verificamos a exclusão de certos acontecimentos ou sujeitos do discurso oficial, na tentativa de preservar uma imagem idealizada deste processo histórico.

Todos estes processos que envolvem patrimonialização, esquecimento, etc. ligam-se a um contexto de “ativação de uma memória social que não está mais vinculada a uma única representação do passado, mas a uma representação do tempo presente e futuro” (Tardy, 2015, p. 189). Esta ativação refere-se a um conjunto de ações e estratégias que buscam dar vida, visibilidade ou relevância a elementos culturais, como espaços, tradições, práticas, objetos ou eventos, tornando-os mais acessíveis, envolventes e significativos para o público.

A ativação do patrimônio está ligada à promoção de interações entre o público e o patrimônio cultural, estimulando conexões emocionais, sociais e intelectuais com ele, o que Prats (2005, p. 19) chamou de “construcción social en el proceso de patrimonialización [...] trata de la puesta en valor o activación”, ou seja, “activarlos o actuar sobre ellos de alguna forma”.

Desta forma, para a pesquisa, que se encontra em estágio inicial, optamos pela metodologia qualitativa juntamente com a quantitativa. A proposta inclui pesquisas bibliográficas, entrevistas com colaboradores e ex-colaboradores da instituição, observações e estudo de caso, o que pode nos permitir conhecer e explorar as propostas atuais e futuras para os hospitais em questão. Outra perspectiva metodológica diz respeito a elaboração de um inventário, que é um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio. Esse instrumento

permite agrupar e sistematizar um conjunto de informações relevantes sobre bens culturais, móveis ou imóveis, fornecendo informações confiáveis a seu respeito.

4. CONCLUSÕES

Percebemos que se pode estimular e contribuir para que os espaços dos hospitais possam ser inseridos aos equipamentos culturais do Rio Grande do Sul, a exemplo do que acontece em outros países, como as reflexões francesas em torno do patrimônio hospitalar de manicômios e leprosários. É possível perceber que tais locais possuem dinâmicas e acervos que merecem ser divulgados e apropriados por grupos que não só aqueles atingidos por suas ações do passado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte: Annablume, 2009.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (dir.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHINDEL, E. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. Política y cultural, n.31, 2009, pp. 65-87. Disponível em <https://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n31/n31a5.pdf> Acesso em 30/12/2024.

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (dir.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. pp. 67-93.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silencio. Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social**. Nº 21, 2005. FFyL - UBA - ISSN: 0327-3776. pp. 17-35. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7173998> Acesso em 02/01/2025.

TARDY, C. A mediação de autenticidade dos substitutos digitais. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (dir.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.